

## **A formação da ARENA no Rio Grande do Sul**

Ângela Flach<sup>1</sup> - PPG-UNISINOS

O presente texto objetiva expor algumas questões referentes ao processo de formação da Aliança Renovadora Nacional no estado do Rio Grande do Sul, buscando abordar os principais pontos que estiveram em pauta quando de sua formação, bem como os diversos arranjos políticos realizados no contexto de formação dessa nova agremiação.

O Ato Institucional número 2, editado em outubro de 1965, extinguiu todos os partidos até então existentes. Daí em diante, as negociações políticas tornaram-se mais complexas, uma vez que o sistema partidário foi compulsoriamente reorganizado, com a limitação do número de partidos políticos e a conseqüente criação do Movimento Democrático Brasileiro e da ARENA.

De acordo com Lúcia Grinberg<sup>2</sup>, essa medida do governo Castelo Branco foi também influenciada pela derrota da UDN, o partido que representava a preferência do governo, nas eleições para a escolha dos governadores de onze estados, ocorridas em 1965. Se a proposta inicial era apenas reformar o sistema partidário, após o resultado desse pleito buscaram-se soluções mais drásticas. A autora aponta que houve uma desarticulação na política, promovendo o fortalecimento do Poder Executivo. No entendimento de Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello, a derrota dos candidatos apoiados pelo governo em dois estados importantes (Guanabara e Minas Gerais) *“foi percebida como uma perigosa arregimentação de forças ‘anti-revolucionárias’, desencadeando uma nova radicalização da linha-dura nos quartéis”*.<sup>3</sup> Temia-se que os grupos ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek voltassem a exercer grande influência no cenário político.

No Rio Grande do Sul, a edição do AI-2 teve o apoio de políticos e do próprio governador, Ildo Meneghetti. De acordo com matérias veiculadas pelo jornal *Diário de Notícias* nesse período, o grupo político que apoiava o governo Castelo Branco, apesar de vir a lamentar a perda de sua sigla partidária, acabou, grosso modo, aceitando a medida. O referido jornal veiculou a idéia de que essa mudança não trouxe maiores revoltas, porque os

partidos já há tempos teriam perdido a confiança do povo e estariam resumidos ao simples agrupamento em torno de siglas partidárias. A própria essência dos partidos há muito estaria deturpada, o que era prejudicial ao processo político. Dessa forma, a dissolução das agremiações partidárias poderia permitir a reorganização da vida política brasileira, mas, para tanto, seria necessário atrair também elementos novos para o cenário político, pois, de outra maneira, havia o risco de não promover a renovação necessária, fazendo-se somente uma substituição de siglas partidárias. A imprensa noticiava ainda que na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a indefinição em relação às medidas futuras a serem tomadas na política refletiu-se na diminuição do interesse dos deputados em relação à apresentação de projetos e até mesmo para ocupar a tribuna. À medida que os novos partidos foram se configurando, os debates políticos assumiram novas feições.

Após a decretação do AI-2 iniciaram as especulações acerca dos rumos da política dali para frente, que foram bem distintas. Conforme declarações veiculadas pela imprensa, cogitou-se tanto a possibilidade de formar dois partidos políticos, quanto a de formação de três partidos: um que apoiasse a Revolução, um segundo de oposição e um terceiro, que englobaria os políticos considerados “de centro”. A nova legislação partidária que entrou em vigor não criava muitas possibilidades de arranjos entre os diversos partidos. O Ato Complementar nº 4 (AC-4), decretado em 20 de novembro de 1965, determinava que para a organização dos novos partidos, estes deveriam possuir no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores. Dessa forma, seria possível, no máximo, a criação de três partidos políticos, pois o Congresso comportava 409 deputados e 66 senadores.

A aprovação do Ato Complementar nº 4 é comentada por Maria D’Alva Gil Kinzo. Ela enfatiza que a intenção do governo com essa medida era *“criar um quadro partidário cujo divisor de águas fosse o apoio ou não ao governo. Tratava-se de aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime implantado pelo movimento militar de 1964, deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais”*.<sup>4</sup> Oficialmente não haveria a necessidade de implantação do bipartidarismo, mas na prática o plano do governo acabou prevalecendo.

As novas normas de organização partidária instituídas em 1965, provocaram as mais diversas reações nos espaços políticos. Enquanto havia grupos que aplaudiam as medidas governamentais, outros se mostravam desconfiantes frente às reais possibilidades de organização dos arranjos políticos dali em diante. As impressões publicadas pelo jornal *Diário de Notícias* na segunda metade do mês de novembro de 1965, baseadas em opiniões de observadores políticos, já apontavam para a real possibilidade de funcionarem apenas dois partidos políticos, sendo que não haveria condições para criar um terceiro partido.

As articulações políticas frente às novas regras para o funcionamento dos partidos, rapidamente levaram a um agrupamento de políticos no partido que fazia a defesa do regime militar. Por essa razão, numericamente só foi possível a criação de mais um partido político, reunindo os grupos de oposição ao regime. No Rio Grande do Sul, os membros da ADP acabaram migrando em sua grande maioria para a ARENA.<sup>5</sup>

No que diz respeito à reorganização partidária, Maria D'Alva Gil Kinzo destaca que as dificuldades para formar o MDB foram bem maiores do que as enfrentadas pela ARENA. O MDB teria tido grande dificuldade para recrutar o número mínimo de membros, especialmente de senadores, pois não era atrativa a idéia de participar de um *“partido de oposição num regime autoritário, fadado a uma participação inexpressiva ou mesmo nula no poder”*.<sup>6</sup> No entanto, vencida a batalha de conseguir o número mínimo de membros, tornou-se relativamente fácil discutir os demais detalhes para sua constituição.

Já a ARENA não enfrentava o problema numérico de atingir o quociente mínimo de membros, mas, por outro lado, encontrou dificuldades imensas de organização, justamente pelo fato de congregar correntes políticas diversas, que tinham praticamente como único objetivo em comum o apoio ao governo. Essa diversidade na composição da ARENA representou, ao longo de toda a sua trajetória, acirradas disputas internas. A utilização do mecanismo de formação de sublegendas, foi o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas, uma vez que tal mecanismo possibilitava que diferentes grupos, atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais.

A partir de 15 de março de 1966, a ARENA e o MDB passaram a ter existência legal. No Rio Grande do Sul a ARENA foi criada em 27 de janeiro de 1966, ainda antes do prazo final para organização, ditado pelo Ato Complementar número 6. A ARENA era formada pelos seguintes órgãos no Estado: a Comissão Diretora Regional, composta por 71 membros, o Conselho Fiscal, com três membros e três delegados, que atuavam junto ao TRE. Faziam ainda parte do Diretório Nacional, Tarso Dutra (PSD), Daniel Krieger (UDN) e Euclides Trichês (PDC).<sup>7</sup>

A direção da ARENA gaúcha foi formada reunindo membros dos então extintos PSD, PL, PDC, PRP e UDN. O primeiro presidente do Diretório Regional foi o deputado Francisco Solano Borges, que havia militado no PL. Conforme declarações veiculadas na imprensa no período, havia, além de Solano Borges, outras três lideranças políticas, oriundas de diferentes partidos políticos, interessadas na Presidência: José Sperb Sanseverino, (do PDC), Alberto Hoffmann, (do PRP) e Sinval Guazzelli (da UDN). Nos municípios gaúchos a composição inicial da ARENA foi semelhante à da esfera regional. A existência da ADP já teria facilitado, de certo modo, a composição da ARENA no Estado. Já havia, portanto, uma certa aproximação entre os partidos acima destacados quando das tratativas para a organização da ARENA, o que certamente facilitou os contatos iniciais, mas, por outro lado, não minimizou as disputas envolvendo os nomes (e, conseqüentemente, os partidos) que deveriam compor as Comissões Diretoras Municipais.

É muito perceptível o quanto o pertencimento aos antigos partidos políticos acabou assumindo importância no momento de organização da ARENA nas esferas municipais. Nas negociações políticas, os membros dos antigos partidos pleiteavam que pelo menos uma de suas lideranças pudesse participar da composição das Comissões Diretoras Municipais do novo partido, evitando assim que a ARENA estivesse representada somente pelo “ex-PSD”, pelo “ex-PL” e assim por diante.

Um dos pontos polêmicos que permearam a formação do “partido do governo” no Estado foi a proposta de manutenção ou não, do acordo eleitoral estabelecido entre os partidos que compunham a ADP. Pelo dito acordo, a cada ano do governo Meneghetti, a

Presidência da Assembléia Legislativa caberia a um dos partidos que compunham a sua base de sustentação. Para o ano de 1966, portanto, o protocolo firmado estabelecia que a Presidência da Mesa caberia ao PRP e, dessa forma, os perrepistas engajaram-se no sentido de que tal ponto fosse cumprido, sendo que eles indicariam o nome de Alberto Hoffmann para essa função. No entanto, houve diversos políticos que se mostraram contrários à manutenção de tal acordo político, uma vez que não mais existiam os partidos, o que os desobrigava de votarem conforme as normas estabelecidas pelo regime partidário anterior ao AI-2. Eles entendiam que, uma vez extintos os partidos políticos, o protocolo estabelecido pela ADP também estava automaticamente extinto.<sup>8</sup> Este debate foi bastante acirrado, especialmente durante o mês de março de 1966, dias antes da eleição da nova mesa da Assembléia. A data inicial fixada para esta eleição foi 10 de março, mas a escolha teve que ser adiada por mais alguns dias.

Apesar do empenho dos perrepistas no sentido de que o acordo fosse cumprido, na eleição foi escolhido o nome de Alfredo Hoffmeister (ex-membro do PSD), para ocupar a Presidência da Assembléia. Esse fato gerou reações negativas por parte de diversos deputados da ARENA, que manifestaram seu descontentamento em relação ao não-cumprimento do acordo. Na ocasião foi inclusive publicada uma nota na imprensa na qual alguns deputados da ARENA declaravam que *“a ética e as boas normas de convivência política deveriam manter o protocolo [que dava a Presidência ao PRP] válido”*.<sup>9</sup> Esta questão, portanto, não desagradou somente aos ex-perrepistas, mas aos membros de outras correntes partidárias, o que mostra, de certa maneira, as disputas internas da ARENA, que já iniciaram desde os seus primeiros momentos de atuação. Nas manifestações oficiais, no entanto, divulgava-se que o trabalho no seio da ARENA primava por minimizar as disputas internas e atuar em prol de um projeto coletivo.<sup>10</sup>

Após a polêmica em relação à Presidência da Assembléia Legislativa, um novo fato tornou-se palco das disputas partidárias. Com a edição do Ato Institucional número 3, a escolha dos governadores dos estados seria realizada pelas Assembléias Legislativas. A ARENA realizou uma convenção para escolher o seu candidato, da qual saiu vitorioso o

Coronel Walter Peracchi Barcellos, que obteve 252 votos, contra 236 votos conferidos para Tarso Dutra e 15 para o Professor Ruy Cirne Lima. Essa votação foi questionada pelo deputado Cândido Norberto dos Santos, do MDB. Ele declarou que “as ameaças teriam sido a tônica da convenção”<sup>11</sup>, pois a maioria dos membros da ARENA estaria favorável ao nome do deputado federal Tarso Dutra, mas, por fim, o candidato vitorioso teria sido Peracchi Barcellos.

A vitória de Peracchi Barcellos na convenção da ARENA, por si só, não garantiria a sua vitória ao governo do Estado, uma vez que o MDB possuía a maioria dos deputados na Assembléia. Além do mais, um grupo formado por trinta e um deputados, em sua grande maioria da oposição, articulava a candidatura do Professor Ruy Cirne Lima para o governo do Estado, o que aparentemente seria uma vitória certa. A reação dos militares frente a essa questão foi drástica e no mês de julho de 1966 foram cassados os mandatos de sete deputados estaduais. É importante destacar que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul já estava modificada em sua composição inicial devido às cassações de mandatos de deputados que aconteceram no ano de 1964. Com as cassações ocorridas em 1966, os deputados da oposição já não possuíam mais a maioria, uma vez que não poderiam ser convocados os suplentes dos deputados que tiveram seu mandato extinto. Por essa razão, não foi sequer oficializada a candidatura de Ruy Cirne Lima.

Dessa forma, a vitória do Coronel Peracchi Barcellos estava garantida. Na eleição realizada em setembro de 1966, à qual compareceram somente os deputados da ARENA, Peracchi recebeu os votos de vinte e três deputados, sendo que outros três deputados, contrariando a orientação do partido, acabaram votando em branco. A reação dos deputados do MDB foi não comparecer à sessão de escolha do novo governador e publicar uma nota de protesto pelas condições em que teria ocorrido a eleição, pois o governador havia sido escolhido por um número de deputados que representavam pouco mais de um terço da representação popular legitimamente eleita. Mesmo após essa eleição, diversos deputados do MDB, ao ocupar a tribuna, criticavam o governo “*que estava transformando a maioria da Assembléia em minoria, para assim poder eleger o seu candidato*”.<sup>12</sup> Já os

deputados da ARENA, justificavam a legalidade do pleito, pois havia um Ato Institucional que permitia a realização de tais medidas.

Nos debates na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, era muito recorrente a disputa de forças entre os políticos do MDB e da ARENA. Os debates seguidamente se pautavam sobre declarações que eram prestadas por um deputado do MDB e rebatidas por algum membro da ARENA e vice-versa. Em diversos momentos em que o governo tomava medidas polêmicas, os deputados do MDB ocupavam a tribuna manifestando a sua contrariedade ao que estava sendo colocado. Os deputados da ARENA, por sua vez, buscavam justificar o porquê dessas medidas, defendendo a sua necessidade.<sup>13</sup>

Ao longo de sua atuação, a ARENA foi considerada como o partido de sustentação do regime militar no Brasil. Em diversos momentos de crise do regime, os políticos da ARENA se colocaram ao lado do governo, garantindo a aprovação de projetos apresentados, bem como a defesa dos Atos Institucionais, medida esta utilizada em grande medida nos governos militares. No Rio Grande do Sul, apesar das inúmeras disputas internas, minimizadas nos períodos eleitorais pela utilização das sublegendas, a ARENA também teve essa mesma função, assumindo o discurso do governo e concordando com as diretrizes por ele propostas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História na UNISINOS - RS.

<sup>2</sup> GRINBERG, Lúcia. *ARENA. A criação do bipartidarismo e do partido do governo, 1965-1979*. Niterói: UFF, 1998. Dissertação (Mestrado em História).

<sup>3</sup> LAMOUNIER, Bolívar, MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986, p. 64.

<sup>4</sup> KINZO, Maria D'Alva Gil. "Novos partidos: o início do debate". In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980, p. 219.

<sup>5</sup> A Ação Democrática Popular (ADP), foi um bloco partidário que reuniu o PSD, PL, PDC, PRP e UDN, criado antes das eleições estaduais de 1962. Este grupo de partidos elegeu Ildo Meneghetti ao governo do Estado no pleito de 1962. A ADP foi criada para fazer oposição ao PTB, que até 1962 ocupou, com Leonel Brizola, o governo estadual. Além da coligação para as eleições estaduais, houve uma tendência de também fazer coligações entre esses partidos para as eleições municipais de 1963.

<sup>6</sup> KINZO, op. cit., p. 220.

<sup>7</sup> Além desses nomes, Lúcia Grinberg aponta ainda Brito Velho, do PL, como membro do Diretório Nacional. GRINBERG, op. cit., p. 66.

<sup>8</sup> “ARENA tenta manter o protocolo dos ex-partidos”. *Correio do Povo*, nº 127, 5/3/1966, p. 7. O jornal aponta ainda o nome de Tarso Dutra, do PSD, como um dos defensores da manutenção do acordo. Já alguns libertadores, consideravam-se desvinculados deste compromisso.

<sup>9</sup> “Repercute ainda a vitória da ARENA: reveladas interpretações dos fatos”. *Correio do Povo*, nº 140, 20/3/1966, p. 7. Essa nota foi publicada pelos deputados Otávio Cardoso, Getúlio Marcantônio, Júlio Brunelli, Heitor Campos, Arlindo Kunzler, Amaral de Souza, Porcínio Borges Pinto, Hed Borges e Antonino Fornari.

<sup>10</sup> Um folheto publicado pelo partido em período eleitoral enfatizava que, “*em nosso Estado, a ARENA, é fundamentalmente uma aliança de tradicionais correntes de idéias que se fundiram, se aliaram, se uniram, ficaram solidárias, esquecendo competições, relegando e superando divergências, e desejando, isto sim, a união que as poderia levar à execução do bem comum, através da constituição de governos capazes de assegurar a ordem, a tranqüilidade e o desenvolvimento social. Por isso é que no Brasil, de 1964 para cá, todos respiramos uma atmosfera de harmonia e de segurança.*”<sup>10</sup> In: ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL. Diretório Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, s. d., p. 3 e 6.

<sup>11</sup> *Correio do Povo*, 05/07/1966, p. 7.

<sup>12</sup> HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, FLACH, Ângela, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 55-56.

<sup>13</sup> Existem diversos momentos em que estes debates se tornaram acirrados na Assembléia, como por exemplo a legislação criada para regulamentar as disputas eleitorais. A fala do MDB nesse sentido sempre era no sentido de acusar o governo por estar beneficiando os membros da situação, contribuindo para a sua vitória nas urnas. Outra questão se refere ao tratamento dado à questão estudantil. A oposição sempre pregava a idéia de que a organização dos estudantes não poderia ser tratada como “caso de polícia”. A situação, por sua vez, justificava a necessidade de medidas enérgicas para combater os elementos subversivos que estariam infiltrados nos meios estudantis. E assim poderiam ser apontados diversos outros exemplos.